



ACÓRDÃO Nº250/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1757/2018.

Apensos: Processo nº 2803/2018, 1756/2018, 1802/2018, 1489/2008, 544/2009, 6366/2007, 5073/2007, 1801/2018.

2- Assunto: Recurso de Reconsideração

3- Recorrente: Manoel Adail Amaral Pinheiro

4- Advogado: Antônio das Chagas Ferreira - OAB/AM n.º 4177, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM nº 4.447, Fabricia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM nº 8.446, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM n.º 8243, Enia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM nº 10416 e Giovana da Silva Almeida - OAB/AM nº 12.197

5- Unidade Técnica: DICAMI

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8193/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

7- Relator: Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Recurso de Reconsideração.

Não Conhecimento. Ciência.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Não conhecer do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro**, tendo em vista que o recurso apresenta tese jurídica padrão e genérica, adaptável a qualquer processo, não guardando relação fático-jurídica com o Decisum vergastado; e

8.2. Dar ciência deste julgado ao **Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro**, por intermédio de seus patronos legalmente constituídos.

9- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 10 de Março de 2020



ACÓRDÃO Nº250/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

11.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Auditor Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

12- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado e Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral